

Comissão negocia mas não avança

A comissão de professores, alunos e pais de alunos das escolas de Ceilândia contrárias à demissão de dois professores voltou a se unir ontem pela manhã com o secretário de Educação, Fábio Bruno, e o diretor executivo da Fundação Educacional, José Quintas, no nono andar do Anexo do Palácio do Buriti, sem obter qualquer avanço nas negociações. O Governo do Distrito Federal manteve a mesma posição anterior de não readmitir os diretores do Complexo «A», Erasto Mendonça, e do Centro Educacional nº 05, José Geraldo Silva. Fábio Bruno afirmou diante dos membros da comissão que essa posição «é definitiva».

Enquanto isso, embaixo do prédio do Anexo, 20 diretores dos complexos «A» e «C» de Ceilândia, com os pedidos de exoneração dos cargos na mão, aguardavam uma resposta. O clima era de tensão e também de muita desinfor-

mação. Ao saberem que o GDF não readmitirá os professores afastados de seus cargos, os diretores vacilaram em subir até ao nono andar, já que surgiu um dado novo entre eles. Alguns afirmavam que só poderiam deixar os cargos após a realização de outra eleição para a escolha de novos diretores.

Dali mesmo, de onde estavam, eles resolveram avaliar toda a situação numa reunião no Sindicato dos Professores. O secretário de Educação afirmou que o compromisso do Governo é com a lei. «Devemos entender — acentuou — que as eleições dão respaldo para os diretores, mas eles estão exercendo cargos de confiança».

Do outro lado da mesa, o diretor da Fundação Educacional, José Quintas, acentuava que sempre dialogou com os alunos e professores e negou que tenha feito qualquer ato autoritário. Para ele, o fundamental é o cumprimento do

acordo coletivo, que prevê a realização de eleições para a escolha de diretores, mas acentua que os cargos são de confiança.

Para a Secretaria de Educação o movimento das escolas de Ceilândia «é político». Segundo Fábio Bruno toda a comunidade aceitou o Projeto Irmãozinho e somente alguns professores da Ceilândia não querem aceitá-lo.

O professor Ronaldo Alves, um dos integrantes da comissão de negociação disse que o Governo está sendo «intransigente» na medida em que não coloca o projeto em discussão e se preocupa apenas com a instituição. «Quem tem que ser flexível é a Fundação, que começou com essa crise», observou Ronaldo Alves, ressaltando o fato de que o órgão deveria ter discutido primeiro com os professores que discordam do projeto do que «simplesmente de miti-los por telefone».